



A NARRATIVA DA NOVA HISTÓRIA POLÍTICA: REPRESENTAÇÕES DOS SUBTERRÂNEOS DA HISTORIOGRAFIA

Dinoráh Lopes Rubim Almeida
Doutoranda em História – UFES

RESUMO: Este trabalho apresenta uma discussão sobre as bases da nova história política, abordando seus desafios e contribuições para a história do presente. O ofício do historiador apresentou novas perspectivas de estudos, quando a teoria da “Nova História” passou a ganhar forças na historiografia. Objetivamos analisar esse estilo renovado, que procura tirar da história o caráter tradicional, que se mostrava superficial e factual, com representações épicas dadas uma minoria de protagonistas. Esse desafio de renovação da história política foi travado por historiadores a partir do final da década de 1970, que passaram a utilizar-se de técnicas e conceitos, como a pluridisciplinaridade, buscando dar vozes aos esquecidos e as memórias subterrâneas da história. Como metodologia, utilizaremos múltiplas análises bibliográficas, apresentando uma pesquisa sobre a história política ao longo do tempo, caracterizando sua trajetória desde seu auge, passando pelo seu declínio, até o seu renascimento na segunda metade do século XX. Portanto, é na perspectiva da nova história política apresentada por René Rémond, Jacques Le Goff e Marieta de Moraes Ferreira, entre outros, que encontraremos os referenciais fundamentais para a reflexão histórica que propomos neste estudo.

Palavras-chave: História do Presente; Memória; Nova História Política.

ABSTRACT: This paper presents a discussion of the foundations of the new political history, addressing their challenges and contributions to the history of present. The historian's office presented new perspectives studies, when the theory of "New History" began to gain strength in the historiography. We aimed to analyze this new style, which seeks to take the traditional character of the story, which showed superficial and factual, with epic representations given a minority of players. This challenge of renewal of political history was caught by historians from the end of the 1970s, which began to be used techniques and concepts such as multidisciplinary, seeking to give voice to the forgotten and the underground memories of history. The

methodology we use multiple bibliographic analysis, presenting a survey of the political history over time, featuring its trajectory since its heyday, through its decline until its revival in the second half of the twentieth century. It is therefore in the light of the new political history presented by René Rémond, Jacques Le Goff and Marieta de Moraes Ferreira, among others, that we will find the basic reference for historical reflection that we propose in this study.

Keywords: History of the Present; Memory; New Political History.

Do declínio ao ressurgimento da história política

Na trajetória da história política podemos notar um período de auge, declínio e seu retorno aos holofotes da historiografia. Ela ocupou seu lugar de destaque durante a Idade moderna, contando a história dos tronos do Antigo Regime, exaltando os soberanos. Segundo RÈMOND (2003), as revoluções que destronaram os monarcas não derrubaram a história política, que mudou seu objeto da pessoa do rei para o Estado e a nação, destacando as lutas pela unidade e emancipação dos Estados Nacionais, as revoluções políticas, o advento da democracia, as lutas partidárias e os confrontos de ideologias políticas. A história política, que alcançou seu auge no século XIX, tratava-se portanto, de uma história aristocrática, voltada para as minorias, que retratava os tronos, os eventos, as revoluções e os heróis.

No início do século XX, a hegemonia da história política passa a sofrer grandes críticas dos historiadores, em especial com a fundação da revista francesa *Annales*, em 1929, e a criação da VI Seção da École Pratique des Hautes Études, tendo Lucien Febvre como presidente, em 1948. Em detrimento do político, passou-se a incentivar a história onde o econômico e o social teriam lugar central nas pesquisas.

Para essa geração de historiadores, a história política reunia imperfeições que deveriam ser abolidas, sofrendo assim duras críticas: era elitista, circunstancial, factual, exaltava o individual, psicologizante, idealista, subjetivista, ou seja, uma história que se detinha na superficialidade dos acontecimentos, incapaz de buscar as causas e reflexões mais profundas dos fatos históricos.

Ao privilegia o nacional, o particular, o episódico, a história política privava-se da possibilidade de comparação no espaço e no tempo e mostrava-se incapaz de elaborar hipóteses explicativas ou produzir generalizações e sínteses que dão às discussões do historiador sua dimensão científica. Era

uma história que permanecia narrativa, restrita a uma descrição linear e sem relevo, concentrando sua atenção nos grandes personagens e desprezando multidões trabalhadoras. (MORAES, 1992, p. 266)

Portanto, na primeira metade no século XX, notamos o declínio da história política. Uma nova conjuntura histórica passa a dirigir o olhar para os esquecidos, ou seja, a massa popular. Podemos destacar como fatores que contribuíram para tal declínio: o advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário, a difusão do socialismo, que passa a desclassificar o político em detrimento da luta de classes, que resultante do processo econômico, coloca este como o motor da história. Conforme Rémond (2003, p. 18), “havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades.”

A *Escola dos Annales* teve papel central na transição da história política para a história econômica e social, que pode ser notado analisando a produção dessa Escola no decorrer de sua trajetória, que de acordo com Burke (1997), possui três fases. Na primeira delas, de 1920 a 1945, o movimento, liderado por Lucien Febvre e Marc Bloch, era mais radical, conduzindo uma guerra contra a historiografia tradicional e a história política. Na segunda fase (1945-1968), iniciada logo após a segunda guerra mundial e dominada pela presença de Fernand Braudel, o movimento viveu seu auge e se aproximou verdadeiramente de uma Escola, com conceitos e métodos diferentes (com destaque na nova estrutura e conjuntura e especialmente com a “história serial” das mudanças de longa duração), mantendo-se duras críticas a história política. Braudel priorizava o econômico para explicar a história, fechando os espaços para os estudos relacionados ao político.

Somente na terceira fase da *Escola dos Annales*, a partir de 1968, notamos uma fragmentação e nos últimos anos da década de 1970, alguns membros do grupo transferiram-se da história socioeconômica para a sociocultural, enquanto outros redescobriram a história política, como Jacques Le Goff, René Rémond, Jacques Julliard, Roger Chartier, Antoine Prost, Serge Berstein, Jean-Pierre Rioux, entre outros.

O retorno do olhar dos pesquisadores para a história política no final dos anos de 1970, acompanha uma conjuntura, onde o universo do político volta a se expandir, devido a alguns fatores destacados por Rémond (2003), como: a experiência das guerras, as crises que desajustaram a economia liberal e obrigaram o Estado a

intervir, o desenvolvimento de políticas públicas (decisão política para modificar o curso da economia) e a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado (poderes públicos levados a legislar, regulamentar, subvencionar e controlar a produção, a assistência social, a difusão de cultura, a saúde pública, a construção de moradias). Nesse contexto, a história política volta à cena com grande destaque e domínio.

Porém, esse retorno trouxe à tona uma história política renovada, com uma nova roupagem que contrasta com as características que possuía no século XIX, considerada como a história política tradicional: superficial, elitista (minorias) e efêmera (curta duração). A nova história política apresenta-se renovada com novos métodos de análises, novos conceitos e técnicas de pesquisas; ampla (voltada para uma sociedade global, abordando todos os atores e aspectos da vida coletiva); quantitativa (apoderando-se de dados numéricos); e com uma pluralidade de ritmos, abordando acontecimentos de rápida, média, longa e longuíssima duração. Segundo Rémond (2003) após essa renovação, a história política passa a preencher todos os requisitos necessários para ser reabilitada e viver um renascimento.

A pluridisciplinaridade ganha destaque nesse ressurgimento da história política, pois a mesma passa a dialogar com diversas áreas do conhecimento, como a sociologia, a filosofia, a psicologia, a matemática, a estatística, a linguística, a antropologia, a informática, a cartografia, o direito público e outras, o que gera para o historiador uma ampliação de saberes e possibilidade de maior aprofundamento em seu objeto de pesquisa, através da utilização de novos conceitos e técnicas de investigação. Assim, o político passa a explorar muitas realidades de nossa sociedade:

[...] Praticamente não há hoje muitas realidades de nossa história que a história política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais. Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa. Como então acreditar que seu renascimento possa ser apenas um veranico de maio? (REMOND, 2003, p. 36)

Portanto, a partir dos fins da década de 1970, o político deixou de ser visto como um simples reflexo do econômico e passou a ser analisado não só como uma instância autônoma face a outras instâncias da sociedade, mas mesmo como uma dos

motores da mudança social. Embora esse movimento de renovação e defesa da história política seja mais expressivo na França, ele também ocorreu em outros países como Estados Unidos e Inglaterra e hoje podemos detectar com nitidez o revigoreamento da história política, que ganha força e espaço na tendência historiográfica de pesquisadores de várias nacionalidades, inclusive a brasileira.

A história do presente e as memórias subterrâneas

A cronologia do ressurgimento da história política está intimamente ligada ao ênfase que a história do presente tem vivenciado, bem como, a sua ligação com a memória. Essa trilogia – história política, história do presente e memória - vem sendo muito utilizada entre os pesquisadores e vem ganhando grande vigor na atual historiografia. Para Chauveau e Tétard (1999), os historiadores do político construíram a vanguarda da história do presente.

Apesar da crítica que muitos estudiosos traçam sobre a história do presente, devido ao pouco recuo ou distanciamento do historiador em relação aos fatos estudados, o que poderia provocar um olhar limitado sobre o mesmo, há uma grande adesão de pesquisadores que defendem a escrita a história do presente. Segundo Rioux (1999, p. 46), “o argumento da “falta de recuo” não se sustenta, pois é o próprio historiador, desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que cria sempre, em todos os lugares e por todo o tempo, o famoso recuo.”

Portanto, é possível se fazer uma história do presente, pois a história não é imóvel, e o historiador sempre sofre a influência do contexto que está inserido, independente da época que elege como seu objeto de estudo. Por se tratar de uma história imediata, o pesquisador pode não dispor de todos os documentos disponíveis do período, pois alguns ainda podem não estar abertos ou mesmo em construção, portanto, cabe a ele, promover métodos de investigação acertados e aproveitar as vantagens empíricas da proximidade com os fatos. O historiador não pode simplesmente arquivar um acontecimento contemporâneo, quando o mesmo vem sendo questionado constantemente a nível nacional ou mundial. O pesquisador tem, portanto, a tarefa de exumar e tornar inteligível tal acontecimento, daí a importância de uma história do tempo presente.

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. Portanto,

não admira que tenha interessado aos historiadores do tempo presente, depois de outros, já que essa presença, sobretudo, a de acontecimentos relativamente próximos como as revoluções, as guerras mundiais ou as guerras coloniais, acontecimentos que deixam sequelas e marcas duradouras, tem ressonância em suas preocupações científicas: como arquivar tranquilamente e em silêncio a história de Vicky, quando no mesmo momento esse período era alvo de uma interrogação obsessiva em escala nacional? (ROUSSO, 2006, p. 94).

A memória é sempre seletiva, e como fonte oral, está carregada pelo contexto em que foi vivida e narrada, sofrendo a influência do tempo e do espaço.

A memória [...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. (ROUSSO, 2006, p. 94).

Halbwachs (1877-1945) foi um sociólogo francês da corrente durkheimiana, que sofreu também forte influência de Bergson, e focou seu estudo na memória coletiva, que é construída e compartilhada por uma sociedade.

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Reconhecendo que não existe apenas uma memória coletiva, podemos constatar que, mesmo uma memória sendo amplamente aceita em uma sociedade, ela não pode ser considerada oficial, tendo em vista ela não ser única. Esse raciocínio nos leva a concluir que podem surgir disputas de memórias sobre um dado fato ou acontecimento, na medida que memórias silenciadas ou marginalizadas comecem a surgir nas pautas das discussões históricas.

Os historiadores do imediato ou do presente, têm ao seu alcance a oportunidade de recolher e utilizar fontes orais para a construção de seu trabalho. A memória enquanto depoimentos e testemunhos orais é um privilégio do historiador do presente, que deve saber confrontar, analisar e filtrar as memórias recolhidas. É preciso ter a compreensão que tanto as fontes orais quanto as escritas e documentais, são construídas, e cabe ao historiador analisar o que há de representativo em sua fonte, que segundo Chartier (1990), aquilo que se é dado a ler.

Averiguamos que a potencialidade da história oral, como metodologia de pesquisa, está na análise da construção dos testemunhos, que por vezes podem ser fantasiosos, distorcidos ou próximos à originalidade dos fatos. Não cabe julgamento, o importante é entender a riqueza dos processos da construção da história oral, sendo tarefa do historiador analisar a percepção social e política da constituição dos relatos. Afinal, não cabe ao historiador extrair verdades do relato oral, mas entender suas representações.

Essa história [do presente], de fato, pode ser feita com testemunhas vivas e fontes proteiformes, porque é levada a desconstruir o fato histórico sob a pressão dos meios de comunicação, porque globaliza e unifica sob o fogo das representações tanto quanto das ações, pode ajudar a distinguir talvez de forma mais útil do que nunca o verdadeiro do falso. Pois se ela tem como missão; como toda história digna deste nome, mostrar a evidência científica das verdades materiais diante do esquecimento, da amnésia ou do delírio ideológico [...], ela sem dúvida está mais apta a explicar do que a verdade estatística da enumeração, da qual somos todos apreciadores; ela não evita ver em ação a verdade psicológica da intenção, a humildade verdade do plausível, a força da questão da memória sobre o curso do tempo. (RIOUX, 1999, p. 49).

A história oral, instrumento muito utilizado pelos historiadores do tempo presente, ganhou força a partir da década de 1980, e ela dá ao historiador a oportunidade de conhecer as memórias subterrâneas que emergem dos relatos, em confronto com a história tida como oficial. Essas memórias correspondem justamente a história dos excluídos, que de acordo com a nova história política deve ser revista e trazido a público.

Atualmente, devido à importância dada por alguns historiadores à história do tempo presente, as fontes orais passaram a ser uma metodologia estruturada dentro da pesquisa histórica. Paul Thompson, autor da obra *A Voz do Passado*, um clássico por sua importante contribuição ao método e à teoria da história oral, compreende que esta tem uma forte mensagem social que deve ser avaliada, e concorda que a volta à história oral que ocorre na atualidade está ligada, entre outras coisas, ao desenvolvimento da tecnologia e da comunicação audiovisual.

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

O depoente relata o passado como testemunha do vivido, levando-se em

consideração que se trata da lembrança de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, político e econômico. A realidade contextual do entrevistado será latente em sua declaração; nunca será imparcial, haverá a seleção de acontecimentos e fatos que são representativos para esse indivíduo, e surgirá carregada de subjetividade, o que nos remete a considerar a seguinte colocação de Joutard (2006, p. 57):

Porém, reconhecer tal subjetividade não significa abandonar as regras e rejeitar uma abordagem científica, isto é, a confrontação das fontes, o trabalho crítico, a adoção de uma perspectiva. Podemos dizer, sem paradoxo, que o fato de reconhecer sua subjetividade é a primeira manifestação de espírito crítico.

Precisa-se entender que história oral não é uma técnica de coleta e armazenamento de depoimentos, ela deve ser analisada, levando-se em conta a apropriação do meio pelo indivíduo, observando suas incertezas, inseguranças e hesitações demonstradas na hora da entrevista. A história oral é feita pelo recolhimento de lembranças, e o historiador deve estar alerta ao fato de que o sujeito não revive o passado, ele refaz o passado, ele remodela suas lembranças, refazendo-as pelos valores do presente.

A história oral baseia-se na memória, e como afirma Nora, é imprecisa, pois se adapta às crenças e ao imaginário dos indivíduos. Por isso, é papel do historiador confrontar as fontes orais a outros tipos de fontes, atentando para o fato de que elas não devem ser usadas como um complemento, mas analisadas como uma fonte de estudo histórico, uma vez que apresentam fatos e transformações da sociedade. Portanto, as fontes orais e escritas devem complementar-se. Quando há visões diferentes sobre um determinado acontecimento, o historiador deve debruçar-se em diversas fontes de pesquisa, a fim de investigar profundamente os fatos.

Portanto, é compreensível a afirmação de Thompson (1992) que destaca a história oral como uma história mais pessoal e democrática, e esta, conforme afirma Pollak (1989), defende, dá voz aos marginalizados, esquecidos e silenciados pela historiografia oficializada.

Pollak (1989) analisa os atores e os processos que atuam no sentido de construir e formalizar memórias. É interessante notar a preocupação do autor em trazer à tona as “memórias subterrâneas” dos que foram excluídos pela força de uma memória

que se fez oficial, ou seja, a memória nacional:

Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. [...] Ao contrário de Maurice Halbwachs, essa abordagem acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p. 4).

Segundo Pollak (1989, p. 5), a disputa entre a memória dominante e a memória subterrânea pode ser encontrada na “[...] oposição entre Estado dominador e sociedade civil [bem como] nas relações entre grupos minoritários e a sociedade englobante”. Para esse estudioso, as memórias dos excluídos estão guardadas, sendo transmitidas nas “redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas”, podendo vir a emergência de acordo com as desconstruções e reconstruções da memória nacional.

Essa memória "proibida" e portanto "clandestina" ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória [...] (POLLAK, 1989, p. 5, grifos do autor).

O historiador francês Jacques Le Goff (2012, p. 408) discute a memória coletiva, na perspectiva de luta social:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Le Goff (2012, p. 456) apresenta a memória coletiva como “um instrumento e um objeto de poder”:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social

é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

As posições defendidas por Le Goff nos levam a uma profunda reflexão sobre a questão do domínio da memória como uma luta de classes, o que fica bem nítido no exemplo dado a seguir, quando percebemos a imposição de uma memória coletiva que privilegia as classes elitistas em detrimento das demais. Resta-nos investigar quais os interesses forjados por trás dessa seleção de memória e os silêncios que tais manipulações de memória buscam esconder.

Um exemplo dos subterrâneos da historiografia: A tardia justiça de transição no Brasil

O historiador deve preocupar-se em estudar as versões de partes da memória coletiva oficializada que há sobre os fatos históricos, bem como compreender as ausências, os esquecimentos e os silêncios que tais fatos carregam. Portanto, buscando exemplificar a aplicabilidade das teorias da nova história política, da história do presente e da memória expostas anteriormente, analisaremos a *justiça de transição do Brasil*, pois a mesma traz ao público memórias subterrâneas que estavam imersas desde o período da ditadura militar brasileira, iniciada com o golpe civil-militar de 1964 e encerrada com as eleições indiretas de 1985 e transição de poder aos civis.

As memórias subterrâneas permanecem imersas devido a um conjunto de interesses sociais, econômicos e políticos dos que detém o poder. Isso é notório na história sobre o período de transição democrática do Brasil, que por anos manteve em silêncio e no esquecimento, relatos e fatos traumáticos, que só vieram oficialmente ao conhecimento público a partir do processo de justiça de transição, que comparado com os demais países da América Latina, aconteceu de forma tardia em nosso país.

Consideramos como *Justiça de Transição* as medidas de reparação, que buscam compensar os que foram atingidos pela repressão de regimes autoritários, punir culpados e averiguar as verdades dos fatos. Porém, a própria Lei de Anistia do Brasil (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, regulamentada pelo decreto nº 84.1433, de 31 de outubro de 1979, no Governo do presidente-general João Baptista

Oliveira de Figueiredo) tem bloqueado a ação da justiça de transição, no que diz respeito ao julgamento e punição dos responsáveis pelos crimes políticos contra os Direitos Humanos.

Os movimentos de resistência democrática tiveram seu auge no Brasil com a Lei da Anistia e com a Campanha das Diretas Já. No entanto, ambos acabaram sendo utilizados como pilares da solução negociada, que encerrou o ciclo da ditadura militar. Observamos a manipulação da minoria dominante na política e na economia do país, uma vez que a Lei da Anistia não foi ampla, nem geral ou irrestrita, ela atendeu a uma combinação de interesses por parte de militares do governo, políticos e a elite, anistiando torturados (exceto os enquadrados em “crimes de sangue”) e torturadores. A Emenda da campanha de eleições diretas para presidente foi derrubada pelo Congresso, e em 1985, o Colégio Eleitoral escolheu o novo presidente do Brasil. Tais exemplos demonstram a construção de uma história, tida como oficial, a partir dos interesses de uma minoria.

No entanto, após a Lei de 1979, a luta pela ampliação da anistia continuou em movimentos como Tortura Nunca Mais e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, que passaram a exercer pressão sobre o Congresso Nacional, conquistando, aos poucos, medidas complementares, como a reformulação da Lei de Segurança Nacional (libertando todos os presos políticos, incluindo os acusados de “crimes de sangue”).

Não foi uma transição sonhada pelos movimentos de resistência à ditadura, mas acabou sendo assimilada e aceita pelo povo brasileiro. O caráter de negociação e conciliação da transição democrática não foi apenas uma imposição dos militares, pois a história da sociedade brasileira é traçada por alianças consensuadas que envolvem os interesses dos governantes e a elite econômica. Tais alianças que resultaram na abertura política brasileira, acabaram por retardar a justiça de transição no país, que agindo de forma discreta, pode perder a oportunidade de confrontar a tradição conciliatória imperante na história brasileira.

De acordo com Fico (2013), depois do término do regime militar, o Brasil entrou em uma fase de latência, de suspensão: quase não se falava da ditadura. Isso foi muito diferente em outros países da América Latina que também viveram regimes

militares. Na Argentina, por exemplo, a ditadura acabou depois de uma guerra fracassada, com a qual os militares argentinos tentaram recuperar o apoio popular, ocupando as Ilhas Malvinas, território disputado com a Inglaterra. Com a derrota, não tiveram como se manter no poder e logo após, no regime civil, as juntas militares foram levadas a julgamento e condenadas.

Tal fase de suspensão, citada por Fico, durou até 1995, quando notamos uma tímida medida no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi a concessão de atestados de óbito para os mortos e desaparecidos políticos, de acordo com a Lei nº 9.1404, de 04 de dezembro de 1995, atendendo ao apelo de familiares que tiveram parentes desaparecidos durante a ditadura militar e não puderam enterrar seus corpos ou ter a certidão de óbito.

Em 2002, a Lei nº 10.5595, de 13 de novembro de 2002, foi criada com a tarefa de indenizar financeiramente as vítimas da repressão. O cálculo era feito com base no tempo de afastamento das atividades profissionais dos atingidos, o que gerou distorções e elevadas indenizações.

No ano de 2009, o Brasil sofreu uma pressão internacional ao ser condenado pela Corte Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH) a respeito de graves violações contra os direitos humanos durante a repressão política, sendo o país levado a apurar e fazer o reconhecimento público de sua responsabilidade diante de tais violações.

Nesse contexto, o governo da presidenta Dilma Vana Rousseff, procedeu a abertura dos acervos da ditadura militar, tidos como secretos e confidenciais, ou seja, foi concedida a Lei de acesso à informação, através da Lei nº 12.5276, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto nº 7.7247, de 16 de maio de 2012. Trata-se de uma considerável aquisição para a pesquisa histórica e para o cidadão brasileiro.

Outro passo importante no processo da justiça de transição, foi a criação da Comissão da Verdade (Lei nº 12.5288, de 18 de novembro de 2011), instalada oficialmente em 16 de maio de 2012, também no governo da presidenta Dilma Vana Rousseff, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da sétima Constituição brasileira. Porém, a Comissão

Nacional da Verdade, busca a chamada “verdade factual”, mas não possui poderes punitivos. No entanto, não podemos minimizar a importância desses dois instrumentos: Lei de Acesso à Informação e a Comissão da Verdade, que sendo instalados no mesmo dia (16 de maio de 2012), são canais imprescindíveis para trazer ao conhecimento da sociedade brasileira o que realmente se passou nos anos da ditadura militar, as memórias subterrâneas dessa história do presente, onde muitos que dela participaram ainda estão vivos e podem testemunhar sobre esse período da história.

Em 10 de dezembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade, composta por seis membros, entregou seu Relatório Final a presidente Dilma Rousseff. O relatório composto de 4.328 páginas, distribuídos em 03 volumes, levou 2 anos e 7 meses de trabalho para ser concluído. Ele possui 1.121 depoimentos e apresenta 80 audiências e sessões públicas feitas em 20 unidades da Federação. No volume III, consta o registro de 434 pessoas entre os mortos e desaparecidos (210 desaparecidos, 191 mortos e 33 corpos encontrados), sendo 377 pessoas responsabilizadas por torturas e assassinatos durante os 21 anos da ditadura militar brasileira (1965-1985). Entre as suas recomendações, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) sugere a revisão da Lei de Anistia de 1979, para que se possa processar os agentes responsáveis pelas gravíssimas violações aos direitos humanos descritas no relatório.

O objetivo da CNV é efetivar o direito à memória e a verdade histórica e promover a reconciliação nacional. A primeira Comissão da Verdade a ser instalada foi em Uganda, em 1974, e posteriormente mais de 40 Comissões da Verdade foram criadas pelo mundo com o intuito de averiguar crimes cometidos contra os direitos humanos pela repressão de regimes autoritários. Na América Latina, dez países criaram a Comissão da Verdade, muitos logo após o fim de sua fase ditatorial.

A justificativa para a lentidão brasileira para a execução da justiça de transição diante dos demais países, pode ser analisada dentro do contexto da tradição política conciliatória da história brasileira, que busca amenizar e lançar no esquecimento social fatos que possam prejudicar atores que protagonizaram as alianças da transição democrática do Brasil.

Embora, tal Comissão tenha se instalado de forma tardia no Brasil, 27 anos após o fim da ditadura, não podemos ignorar sua contribuição para a história política e a memória desse recente período da história brasileira, que podemos considerar como a história do presente, pois fez emergir através de um veículo institucionalizado pelo governo, memórias subterrâneas que trazem uma nova visão para a sociedade brasileira desse período de nossa história.

Considerações Finais

O ofício do historiador apresentou novas perspectivas de estudo, quando a história política passou a ganhar forças na historiografia a partir do final dos anos de 1970. A história política renasce com uma nova roupagem, e deixa de ser superficial e de privilegiar as minorias e passa a valorizar a pluridisciplinaridade, utilizando novos métodos e técnicas de pesquisa, novos conceitos e representações. Ao seu lado emergem entre as novas tendências historiográficas, a história do presente e o estudo da memória, que muitas vezes são utilizadas pelos pesquisadores da nova história política.

Essa tendência historiográfica tem ganhado espaço no estudo da história contemporânea, e pesquisadores brasileiros tem acompanhado esse movimento de renovação do político. Com o processo da justiça de transição no Brasil, podemos perceber que memórias até então subterrâneas e marginalizadas, emergiram através de documentos e depoimentos, apresentando uma nova visão sobre o período de repressão durante a ditadura militar, trazendo a memória dos “esquecidos”, ou seja, dos que sofreram violações dos seus direitos humanos, que passaram a serem ouvidos pelo governo brasileiro.

Tais fatos levaram muitos pesquisadores a uma reflexão e a uma nova visão da história política sobre a transição democrática do Brasil, que até então estavam amenizados e lançados no esquecimento social, trazendo atores que protagonizaram as alianças da transição, torturadores e assassinos políticos. Resta-nos compreender e aplicar esse conhecimento, como algo frutífero para a pesquisa histórica e para o cidadão brasileiro.

Referências

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CHAUVEAU Agnès & TÉTARD, Philippe. Questões para a História do Presente. In: _____. **Questões para a História do Presente**. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 7-37.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova “velha história”**: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, n. 10, 1992.

FICO, Carlos. **Ainda à espera da verdade e justiça**: O que leva o Brasil a não punir os responsáveis pelos crimes cometidos durante os 21 anos de regime, a exemplo do que fizeram os argentinos? In: Revista Carta na Escola. Edição 76, maio de 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.43-62.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº. 3, 1989, p. 3-15.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13-36.

RIOUX, Jean Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU Agnès & TÉTARD, Philippe. **Questões para a História do Presente**. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 39-50.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.93-101.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – História Oral**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Arquivo on line

<<http://www.cnv.gov.br> >. Acesso em: 24 abr. 2015.

<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.

<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2015.

<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2015.